

MARCO GLOBAL PARA A BIODIVERSIDADE PÓS-2020

CONTRIBUIÇÕES DA INDÚSTRIA
BRASILEIRA

TRILÍNGUE | TRILINGUAL | TRILINGÜE



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

MARCO GLOBAL PARA A BIODIVERSIDADE PÓS-2020

CONTRIBUIÇÕES DA INDÚSTRIA
BRASILEIRA

TRILÍNGUE | TRILINGUAL | TRILINGÜE

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

Robson Braga de Andrade

Presidente

Gabinete da Presidência

Teodomiro Braga da Silva

Chefe do Gabinete - Diretor

Diretoria de Desenvolvimento Industrial e Economia

Vacância

Diretoria de Relações Institucionais

Mônica Messenberg Guimarães

Diretora

Diretoria de Serviços Corporativos

Fernando Augusto Trivellato

Diretor

Diretoria Jurídica

Hélio José Ferreira Rocha

Diretor

Diretoria de Comunicação

Ana Maria Curado Matta

Diretora

Diretoria de Educação e Tecnologia

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti

Diretor

Diretoria de Inovação

Gianna Cardoso Sagazio

Diretora

Superintendência de Compliance e Integridade

Oswaldo Borges Rego Filho

Superintendente

MARCO GLOBAL PARA A BIODIVERSIDADE PÓS-2020

CONTRIBUIÇÕES DA INDÚSTRIA
BRASILEIRA

TRILÍNGUE | TRILINGUAL | TRILINGÜE



Brasília, 2021



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

© 2021. CNI – **Confederação Nacional da Indústria.**

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

CNI

Gerência Executiva de Meio Ambiente e Sustentabilidade - GEMAS

FICHA CATALOGRÁFICA

C748m

Confederação Nacional da Indústria.

Marco global para a biodiversidade pós-2020 : contribuições da indústria brasileira /
Confederação Nacional da Indústria. – Brasília : CNI, 2021.

69 p. : il.

ISBN 978-65-86075-47-2

1. Indústria Brasileira. 2. Biodiversidade. 3. Marco Global I. Título.

CDU: 574.1

CNI
Confederação Nacional da Indústria
Sede
Setor Bancário Norte
Quadra 1 – Bloco C
Edifício Roberto Simonsen
70040-903 – Brasília – DF
Tel.: (61) 3317-9000
Fax: (61) 3317-9994
<http://www.cni.com.br/assuntosinternacionais>

Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC
Tels.: (61) 3317-9989/3317-9992
sac@cni.org.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
1 A CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA E SEUS INSTRUMENTOS.....	11
2 O PAPEL DA INDÚSTRIA	13
3 CONTRIBUIÇÕES DA INDÚSTRIA PARA O MARCO GLOBAL PARA A BIODIVERSIDADE PÓS-2020	17

APRESENTAÇÃO

O Brasil tem a maior biodiversidade do planeta. Saber utilizar essa vantagem comparativa de forma inteligente é fundamental para o país exercer um papel de destaque no cenário internacional. O uso sustentável dessa riqueza natural minimiza riscos ambientais e gera oportunidades de negócios.

As inovações baseadas em recursos da biodiversidade são feitas em segmentos como: químico, têxtil, alimentício, farmacêutico, de cosméticos e de energia. A indústria brasileira reconhece a importância da conservação da diversidade biológica, uma vez que sua perda progressiva está entre os maiores desafios globais, constituindo um fator de risco para o setor produtivo.

Nesse contexto, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresenta contribuições para o estabelecimento do Marco Global para a Biodiversidade Pós-2020, que está em discussão no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), um dos principais acordos ambientais internacionais.

O propósito deste documento é mostrar, de forma simples e objetiva, pontos do Marco Global nos quais é preciso prestar atenção. Assim, a CNI contribui, mais uma vez, para o planejamento estratégico do Brasil e reafirma o desejo do setor industrial de construir soluções para o desenvolvimento sustentável do país.

Boa Leitura.

Robson Braga de Andrade

Presidente da CNI

1 A CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA E SEUS INSTRUMENTOS

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) é o mais importante tratado internacional voltado à proteção da biodiversidade. A fim de organizar as ações necessárias para assegurar a sua implementação, a Conferência de Partes (COP) desse acordo tem elaborado planos estratégicos a serem executadas a cada 10 anos.

Em 2018, com a proximidade do fim da vigência do último Plano Estratégico da Biodiversidade, a COP criou um grupo de trabalho para elaborar um novo plano para o período pós-2020. Este encontra-se em discussão no âmbito dos órgãos de apoio da Convenção e deve ser submetido à aprovação na reunião prevista para abril e maio de 2022, na China. As minutas elaboradas até o presente momento foram disponibilizadas ao público geral para o recebimento de contribuições.



2 O PAPEL DA INDÚSTRIA

Além de vital para assegurar a vida do planeta, a biodiversidade é a base da **bioeconomia**, trazendo inúmeras oportunidades para o setor industrial. Por isso, a Confederação Nacional da Indústria entende que a participação do **setor privado** na construção desse plano é fundamental para que tenhamos um documento ao mesmo tempo ambicioso, técnico e factível, que efetivamente contribua com os objetivos centrais da Convenção.

O texto atualmente proposto para o Marco Global para a Biodiversidade Pós-2020 é um excelente começo e tem muitos méritos. Porém, para que cumpra de forma ainda melhor o seu propósito, acreditamos que aperfeiçoamentos merecem ser feitos com os seguintes objetivos:

- **Atuação nacional, mas com apoio internacional:** evitar que a ênfase à atuação nacional isente os países desenvolvidos de apoiar, de forma efetiva, a conservação da biodiversidade fora do seu território, especialmente nos países megadiversos, enfatizando-se o princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada.
- **Financiamento:** destacar a importância da disponibilização de recursos, sem burocracia e com baixo custo, para ações que fomentem a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. Ainda nessa linha, deve-se enfatizar a importância da transferência de recursos dos países desenvolvidos para aqueles em desenvolvimento, inclusive por meio do estabelecimento de um mecanismo financeiro efetivo no âmbito da Convenção.
- **Transferência de tecnologia:** incentivar a transferência de tecnologia não apenas entre governos, mas também para o setor privado, e criar mecanismos para assegurar o financiamento de ações voltadas à inovação, especialmente nos países em desenvolvimento.
- **Bioeconomia e economia circular:** reconhecer o papel da bioeconomia e da economia circular na conservação e no uso sustentável da biodiversidade e apoiar ações que fomentem seu desenvolvimento.
- **Biotecnologia:** incentivar o uso da biotecnologia e reconhecer seus benefícios para promover o uso sustentável da biodiversidade, contribuindo para atingir os objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica. Tais benefícios decorrem das múltiplas possibilidades de aplicação da biotecnologia em setores diversos como cosméticos, farmacêuticos, químicos, alimentação e agricultura, inclusive com o desenvolvimento de bioinsumos.

- **Áreas protegidas:** reconhecer que as áreas privadas com restrição de uso prevista em lei – como Áreas de Preservação Permanente, Reservas Legais, Reservas Particulares do Patrimônio Natural, entre outras – devem ser consideradas no cômputo para atingimento das metas de criação e manutenção de áreas protegidas de cada país.
- **Pagamento por serviços ambientais:** incentivar o pagamento pelos serviços ambientais prestados por áreas protegidas, incluindo as áreas privadas anteriormente mencionadas, como forma de fomentar a transferência de recursos de países desenvolvidos para aqueles em desenvolvimento, auxiliando na manutenção dessas áreas e materializando o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.
- **Regras de acesso e repartição de benefícios:** fomentar a criação de regras claras e não arbitrárias para o acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais a eles associados, bem como à repartição dos benefícios dele decorrentes. Além disso, incentivar a criação de regras harmonizadas, especialmente para os casos de múltiplos acessos para um mesmo desenvolvimento, do acesso a recursos transfronteiriços e do acesso a recursos sem origem definida.
- **Repartição de benefícios:** incluir, entre os critérios para verificação da legalidade dos produtos desenvolvidos com biodiversidade, a comprovação do cumprimento da legislação de acesso e repartir benefícios pela utilização dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados.
- **Planos nacionais:** estimular a participação do setor privado na construção dos planos nacionais de biodiversidade.
- **Diversidade de sistemas produtivos:** reconhecer a importância da coexistência entre diversos sistemas produtivos como forma de garantir a segurança alimentar do planeta e o acesso a outros produtos oriundos da biodiversidade.
- **Comércio internacional:** destacar a importância do comércio internacional na valorização de produtos advindos de países megadiversos que contribuam para o uso sustentável da biodiversidade, garantindo que essa medida se dê por meio da adoção de regras claras e com base científica para que não acarrete a criação de barreiras não tarifárias.



3 CONTRIBUIÇÕES DA INDÚSTRIA PARA O MARCO GLOBAL PARA A BIODIVERSIDADE PÓS-2020

No intuito de colaborar com o debate em torno do tema e propor aperfeiçoamentos ao Marco Global para a Biodiversidade Pós-2020, trazendo a visão da indústria, segue tabela destacando as contribuições da CNI aos principais pontos de atenção identificados.

TABELA 1 - Contribuições da indústria para o Marco Global para a Biodiversidade Pós-2020.

Pontos de atenção	Contribuições
Atuação nacional, mas com apoio internacional	O <i>zero draft</i> ¹ e o <i>first draft</i> ² (“draft”) disponibilizados para discussão enfatizam que o Marco Global para a Biodiversidade Pós-2020 deverá ser implementado principalmente por meio de atividades desenvolvidas em nível nacional. De fato, como cada país conhece melhor e está mais próximo da sua biodiversidade, é razoável destacar a importância da atuação nacional. Contudo, isso não pode servir como forma de isentar a comunidade internacional da responsabilidade de contribuir efetivamente no auxílio a esse processo, incidindo aqui o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Nesse contexto, merece especial destaque a importância de os países megadiversos receberem apoio técnico e financeiro para que possam implementar localmente as ações necessárias para efetivar o Marco Global.
Financiamento	Uma das maiores dificuldades de implementação dos objetivos da CDB é a ausência de recursos financeiros para investimentos em ações transformadoras que fomentem a conservação e uso sustentável da biodiversidade, especialmente nos países em desenvolvimento e megadiversos, como é o caso do Brasil. A falta de recursos prejudica a realização de pesquisas diretamente voltadas à conservação da biodiversidade ou ao desenvolvimento de tecnologias que permitam seu uso sustentável. Prejudica, também, a adoção de medidas simples, concretas e imediatas, como a manutenção das unidades de conservação, que, no caso de países como o Brasil, chegam a ocupar 10,4% do território nacional ³ . De modo a sanar essa falha, é fundamental que o Marco Global para a Biodiversidade não apenas reconheça a importância da disponibilização dos recursos, mas ressalte que isso seja feito sem burocracia desnecessária e a baixo custo, ou mesmo a fundo perdido, para ações voltadas à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade. Ainda nessa linha, deve-se enfatizar a importância das transferências de recursos dos países desenvolvidos para aqueles em desenvolvimento, inclusive por meio do estabelecimento de um mecanismo financeiro efetivo no âmbito da Convenção, aplicando-se o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

1 CONVENTION ON BIODIVERSITY. **CBD/POST2020/PREP/2/1**. 17 ago. 2020. Disponível em: <https://www.cbd.int/doc/c/3064/749a/0f65ac7f9def86707f4eaeafa/post2020-prep-02-01-en.pdf>. Acesso em: 26 maio 2021.

2 CONVENTION ON BIODIVERSITY. **CBD/WG2020/3/3**. 5 jul. 2021. Disponível em: <https://www.cbd.int/doc/c/abb5/591f/2e46096d-3f0330b08ce87a45/wg2020-03-03-en.pdf>. Acesso em: 26 maio 2021.

3 De acordo com estudos da Embrapa, juntas, as áreas protegidas e as preservadas no mundo rural totalizam 49,8% do Brasil (Disponível em: www.embrapa.br/car/sintese. Acesso em: 26 maio 2021).

Pontos de atenção	Contribuições
<p>Transferência de tecnologia</p>	<p>A transferência de tecnologia entre os diversos Estados-Parte da CDB é outro mecanismo relevante para se viabilizar o atingimento dos seus objetivos. A ideia por trás desse mecanismo é que países desenvolvidos e com maior acesso à tecnologia possam compartilhá-la com os países em desenvolvimento a baixo custo ou sem custo algum, tendo essa o potencial de promover tais objetivos.</p> <p>Esse mecanismo foi lembrado no <i>draft</i> do Marco Global disponibilizado, mas aparentemente o objetivo do documento é incentivar essa relação apenas entre os Estados-Parte. Além da transferência entre Estados, é recomendável incentivar e promover a transferência direta para agentes privados, os quais muitas vezes têm melhores condições de absorver e implementar as tecnologias transferidas. Nessa mesma linha, é desejável a criação de mecanismos para assegurar o financiamento de ações voltadas à inovação e à implementação das tecnologias transferidas.</p>
<p>Bioeconomia e economia circular</p>	<p>De acordo com o <i>National Bioeconomy Blueprint</i>, editado pela Casa Branca, o termo bioeconomia designa o uso da pesquisa e inovação oriundas das ciências biológicas (ciências da vida) para criar atividades econômicas ou benefícios públicos⁴. Na mesma linha, a OCDE⁵ define bioeconomia como o conjunto agregado de operações econômicas de uma sociedade que usa o valor latente presente em recursos e processos biológicos para capturar benefícios de crescimento e bem-estar para os cidadãos e as nações. A indústria brasileira entende a bioeconomia como a geração de renda e riqueza a partir do desenvolvimento de produtos derivados da biodiversidade com o uso de tecnologias inovadoras.</p> <p>Já a economia circular associa desenvolvimento econômico ao melhor uso de recursos naturais, por meio de novas oportunidades de negócio e da otimização da produção. Além disso, a noção de economia circular é identificada como um modelo de produção e consumo que envolve a partilha, o aluguel, a reutilização, a reparação, a renovação e a reciclagem de materiais e produtos existentes, enquanto possível. A bioeconomia e a economia circular buscam o desenvolvimento de um modelo econômico que cause menor impacto negativo ao meio ambiente e que reconheça o valor da biodiversidade. Assim, é fundamental que o Marco Global para a Biodiversidade não só reconheça e valorize essas ações voltadas à economia circular e à bioeconomia, mas também incentive o seu desenvolvimento pelos Estados-Parte.</p>
<p>Biotecnologia</p>	<p>A biotecnologia tem sido tratada no âmbito da CDB e dos planos estratégicos adotados para sua implementação como um risco à biodiversidade que deve ser prevenido e controlado. Isso está novamente refletido no <i>draft</i>, que ressalta a importância de se estabelecer e implementar medidas de prevenção, gerenciamento ou controle dos potenciais impactos adversos da biotecnologia na biodiversidade e na saúde humana de modo a reduzi-los. Ainda que não se deva deixar de lado as medidas de prevenção e gerenciamento de riscos, é fundamental que o Marco Global reconheça o potencial transformador da biotecnologia e a sua contribuição efetiva para a promoção dos objetivos da Convenção. Inclusive, dentre as muitas aplicações da biotecnologia, é possível utilizá-la para aumentar a produtividade, sustentabilidade e resiliência da biodiversidade em sistemas sob gestão sustentável.</p>

4 THE WHITE HOUSE. **National Bioeconomy Blueprint**, 2012. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/administration/eop/ostp/library/bioeconomy>. Acesso em: 4 out. 2018.

5 OCDE. **The bioeconomy to 2030: designing a policy agenda**. Disponível em: <http://www.oecd.org/sti/emerging-tech/34823102.pdf>. Acesso em: 4 out. 2018.

Pontos de atenção	Contribuições
Biotecnologia	<p>A integração entre os avanços das ciências biológicas e da tecnologia da informação abriram as portas para um novo ciclo de inovação que está trazendo inúmeros impactos positivos para a sociedade. Para se ter uma ideia, um estudo elaborado pelo <i>McKinsey Global Institute</i> em 2020 estima que essa revolução biotecnológica pode ter um impacto anual de 2 a 3 trilhões de dólares entre 2030 e 2040⁶. Apenas na área de saúde, fala-se em um potencial de 500 a 1.3 bilhões de dólares nos próximos 10 a 20 anos. Parte desses benefícios terá origem na substituição de compostos advindos de outras fontes (ex.: petroquímica) por aqueles produzidos por meio de processos biotecnológicos. O aprimoramento dos processos de fermentação, utilizando a habilidade de se editar o DNA de microrganismos para construir novas rotas, já tem permitido o uso crescente dessas substâncias. A tendência é que tal realidade seja amplificada ao longo dos anos, com um impacto anual global que pode chegar a 300 bilhões de dólares por ano de acordo com o referido estudo apenas para esse mercado.</p> <p>Essa revolução tem potencial de gerar um reconhecimento de valor para a biodiversidade sem precedentes, incentivando o seu uso sustentável e a sua conservação. Ademais, quanto mais benefícios se gera a partir das pesquisas com recursos genéticos da biodiversidade, maiores serão os benefícios a serem repartidos de forma justa e equitativa com os países provedores.</p>
Áreas protegidas	<p>Além das unidades de conservação, que mais se aproximam da noção de áreas protegidas adotadas pelo mundo, o Brasil estabeleceu outras modalidades de áreas protegidas, merecendo especial destaque as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e as Reservas Legais (RLs), previstas na Lei Federal nº 12.651/2012 (Código Florestal). Essas limitações administrativas incidem sobre as propriedades privadas existentes no território nacional (as RLs sobre as propriedades rurais e as APPs sobre as propriedades urbanas e rurais) e restringem, de forma vigorosa, as atividades que nelas podem ser desenvolvidas, muitas vezes de forma mais intensa do que em algumas modalidades de unidades de conservação, para o cumprimento de funções ambientais. Assim, é de se esperar que as metas de criação ou manutenção de áreas protegidas previstas no Marco Global para a Biodiversidade levem em conta essas áreas, estejam elas sob domínio público ou privado, uma vez que o regime de proteção não se altera de acordo com o tipo de proprietário.</p>
Regras de acesso e repartição de benefícios	<p>A repartição justa e equitativa da utilização dos recursos genéticos da biodiversidade é um dos objetivos centrais da CDB. De modo a materializá-lo, o <i>draft</i> propõe, entre os objetivos para 2030, o estabelecimento de mecanismos de repartição de benefícios em todos os países. Não há dúvida de que esse objetivo é relevante, mas é importante qualificá-lo para que se almeje não apenas a criação desses mecanismos, mas que isso seja feito por meio de regras claras e não arbitrárias para o acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais a eles associados, bem como à repartição dos benefícios dele decorrentes.</p> <p>Além disso, de modo a garantir que os mecanismos de ABS realmente saiam do papel e não funcionem como barreira para o desenvolvimento adequado da biotecnologia e do seu potencial para promover a conservação da biodiversidade, deve-se incentivar a criação de regras harmonizadas, especialmente para os casos de múltiplos acessos para um mesmo desenvolvimento, do acesso a recursos transfronteiriços e do acesso a recursos sem origem definida. Por vezes, o desenvolvimento de uma única solução pode envolver acesso a diversos recursos genéticos existentes em distintos países provedores e a aplicação de múltiplos regimes jurídicos, nessas situações, serve como grave desincentivo à inovação e, conseqüentemente, à obtenção dos benefícios que se pretende repartir.</p>

6 MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. **The bio revolution: innovations transforming economies, societies, and our lives.** Disponível em: <https://www.mckinsey.com/industries/pharmaceuticals-and-medical-products/our-insights/the-bio-revolution-innovations-transforming-economies-societies-and-our-lives#>. Acesso em: 15 abr. 2021.

Pontos de atenção	Contribuições
Repartição de benefícios	<p>O objetivo de se estabelecer mecanismos de repartição de benefícios nos países é bem-vindo, mas não suficiente. Deve-se qualificá-lo destacando a importância de se garantir a efetiva observância dessas regras – e não apenas de sua criação –, especialmente por meio da implementação dos mecanismos trazidos pelo Protocolo de Nagóia. Vale ressaltar que o reconhecimento da possibilidade de criação de regras de acesso e repartição de benefícios pelos países remonta à adoção da Convenção e não é novidade, sendo uma opção de cada país provedor. O maior desafio está na sua efetiva implementação. Uma forma de apoiar essas medidas é aperfeiçoar os mecanismos de controle já utilizados nas trocas globais para verificar a legalidade de diversos produtos quanto ao respeito à legislação ambiental de modo que eles também passem a aferir a observância da legislação de acesso à biodiversidade para os produtos decorrentes de sua utilização.</p>
Planos nacionais	<p>Considerando o incentivo do Marco Global para que o foco das ações a serem adotadas estejam em nível local, os planos e as estratégias nacionais de biodiversidade ganham especial relevância. De modo a garantir que estes possam ter sucesso, é fundamental que sua construção ocorra por meio da participação de todos os atores envolvidos na sua implementação. O Marco deve ressaltar a importância do planejamento, da prestação de contas e da revisão dos planos nacionais, assim como enfatizar o processo de construção desses instrumentos e os atores que deverão participar. Dessa forma, entendemos que as linhas gerais desse processo devem ser mais bem delineadas destacando-se a relevância da participação não apenas dos agentes governamentais, mas também do setor privado, uma vez que este seguramente será responsável por parte importante das medidas necessárias para complementação dos planos e estratégias.</p>
Diversidade de sistemas produtivos	<p>Há diversos sistemas produtivos que contribuem em conjunto para garantir a segurança alimentar do planeta. Deve-se reconhecer a importância de sua coexistência e complementariedade, não havendo necessidade de excluir <i>a priori</i> nenhum deles, desde que sejam compatíveis com a conservação e o uso sustentável da biodiversidade.</p>
Comércio internacional	<p>O comércio internacional de bens oriundos da biodiversidade pode ser um instrumento de incentivo a práticas que assegurem sua conservação. Nesse sentido, o Marco Global para a Biodiversidade pode criar um ambiente favorável para que os países possam exigir a comprovação do cumprimento da legislação ambiental do país de origem, inclusive quanto à repartição de benefícios pela utilização dos recursos genéticos, para o ingresso de produtos em seu território, como forma de desestimular práticas irregulares que causam prejuízos à biodiversidade. Deve-se atentar, porém, para que essas exigências sejam claras e adequadamente embasadas e não gerem barreiras tarifárias injustificáveis.</p>
Pagamento por serviços ambientais	<p>De acordo com a Lei Federal nº 14.119/2021, os serviços ambientais são as atividades individuais ou coletivas que favorecem a manutenção, a recuperação ou a melhoria dos serviços ecossistêmicos. Estes, por sua vez, podem ser divididos em serviços de provisão (ex.: fornecimento de bens como madeira ou alimentos), suporte (ex.: ciclagem de nutrientes ou polinização), regulação (ex.: sequestro de carbono) e culturais (ex.: turismo, recreação, entre outros). A conservação da biodiversidade promove vários deles.</p> <p>O pagamento por serviços ambientais é um instrumento econômico mediante o qual o pagador transfere recursos financeiros ou outro tipo de remuneração ao provedor de tais serviços. Trata-se de mecanismo que pode ser empregado para a valorização da biodiversidade e para o reconhecimento do esforço feito em benefício da coletividade por um indivíduo ou grupos de indivíduos que promovem esses serviços. Assim, seria conveniente que o novo Marco Global para a Biodiversidade incorporasse a aplicação desse instrumento, especialmente como forma de retribuir os esforços feitos pelos países em desenvolvimento megadiversos, que farão um esforço proporcionalmente maior para a conservação da biodiversidade em prol da coletividade.</p>

CNI

Robson Braga de Andrade
Presidente

DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - DRI

Monica Messenberg Guimarães
Diretor de Relações Institucionais

GERÊNCIA EXECUTIVA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – GEMAS

Davi Bomtempo
Gerente-Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Mário Augusto de Campos Cardoso
Júlia Moreira Pupe
Equipe Técnica

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO – DIRCOM

Ana Maria Curado Matta
Diretora de Comunicação

GERÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Armando Uema
Gerente de Publicidade e Propaganda

Walner de Oliveira
Produção Editorial

DIRETORIA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS – DSC

Fernando Augusto Trivellato
Diretor de Serviços Corporativos

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO – SUPAD

Maurício Vasconcelos de Carvalho
Superintendente Administrativo

Alberto Nemoto Yamaguti
Normalização

João Emmanuel Cordeiro Lima
Anita Pissolito Campos
Luiza Almeida Ramos
Consultores

Renata Portella
Revisão Gramatical

Editorar Multimídia
Projeto Gráfico e Diagramação

www.cni.com.br

[/cniBrasil](https://www.facebook.com/cniBrasil)

[@CNI_br](https://twitter.com/CNI_br)

[/cniBr](https://www.instagram.com/cniBr)

[/cniweb](https://www.youtube.com/c/cniweb)

[/company/cni-brasil](https://www.linkedin.com/company/cni-brasil)

ISBN 978-65-86075-47-2



9 786586 075472



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

THE POST-2020 GLOBAL BIODIVERSITY FRAMEWORK

CONTRIBUTIONS FROM THE
BRAZILIAN INDUSTRY

TRILÍNGUE | TRILINGUAL | TRILINGÜE



Brazilian National Confederation of Industry

THE FUTURE OF INDUSTRY

THE POST-2020 GLOBAL BIODIVERSITY FRAMEWORK

CONTRIBUTIONS FROM THE
BRAZILIAN INDUSTRY

TRILÍNGUE | TRILINGUAL | TRILINGÜE

NATIONAL CONFEDERATION OF INDUSTRY – CNI

Robson Braga de Andrade
President

Office of the President

Teodomiro Braga da Silva
Chief of Staff - Director

Directorate of Industrial Development and Economy

Vacant

Directorate of Institutional Relations

Mônica Messenberg Guimarães
Director

Directorate of Corporate Services

Fernando Augusto Trivellato
Director

Directorate of Legal Affairs

Hélio José Ferreira Rocha
Director

Directorate of Communication

Ana Maria Curado Matta
Director

Directorate of Education and Technology

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti
Director

Directorate of Innovation

Gianna Cardoso Sagazio
Director

Office of the Compliance and Integrity Superintendent

Oswaldo Borges Rego Filho
Superintendent

THE POST-2020 GLOBAL BIODIVERSITY FRAMEWORK

CONTRIBUTIONS FROM THE
BRAZILIAN INDUSTRY

TRILÍNGUE | TRILINGUAL | TRILINGÜE



Brasília, 2021



Brazilian National Confederation of Industry

THE FUTURE OF INDUSTRY

© 2021. CNI – National Confederation of Industry.

Any part of this work may be reproduced, provided the source is cited.

CNI

Executive Management of Environment and Sustainability – GEMAS

CATALOG FORM

C748m

National Confederation of Industry.

Post-2020 Global Biodiversity Framework: contributions from the Brazilian industry /

National Confederation of Industry. - Brasília: CNI, 2021.

69 p. : il.

ISBN 978-65-86075-47-2

1.Brazilian Industry. 2. Biodiversity. 3. Global Framework I. Title.

CDU: 574.1

CNI

National Confederation of Industry

Headquarter

Setor Bancário Norte

Quadra 1 – Bloco C

Edifício Roberto Simonsen

70040-903 – Brasília – DF – Brazil

Phone: +55 61 3317-9000

Fax: +55 61 3317 - 9994

<http://www.cni.com.br/assuntosinternacionais>

Customer Attendance Service - SAC

Phones: +55 61 3317-9989/3317-9992

sac@cni.org.br

TABLE OF CONTENTS

PRESENTATION	33
1 THE CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY AND ITS INSTRUMENTS.....	35
2 THE ROLE OF INDUSTRY	37
3 INDUSTRY CONTRIBUTIONS TO THE POST-2020 GLOBAL BIODIVERSITY FRAMEWORK	41

PRESENTATION

Brazil has the biggest biodiversity on the planet and knowing how to use this comparative advantage smartly is essential for the country to play a prominent role in the international scenario. This is because the sustainable use of biodiversity minimizes environmental risks and opens up business opportunities.

Innovations based on biodiversity resources are led by the industry in sectors such as chemicals, textiles, food, pharmaceuticals, cosmetics, and energy. The Brazilian industry recognizes the importance of sustainable use and conservation of biological diversity since the loss of biodiversity is among the greatest global environmental challenges and is a risk factor for the productive sector.

In this context, the Brazilian National Confederation of Industry (CNI) presents contributions to the development of the Post-2020 Global Biodiversity Framework, which is under discussion within the scope of the Convention on Biological Diversity (CBD), one of the main international environmental agreements.

The purpose of this document is to show key points to be considered for the Global Framework simply and objectively, collaborating with the strategic planning of the society as a whole, stating that the industry increasingly wants to be part of the solution for the sustainable development of the country.

Enjoy your reading!

Robson Braga de Andrade

CNI President

1 THE CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY AND ITS INSTRUMENTS

The Convention on Biological Diversity (CBD) is the most important international treaty aimed at protecting biodiversity. In order to organize the necessary actions to ensure its implementation, the Conference of the Parties (COP) of this agreement has prepared strategic plans to be executed every 10 years.

In 2018, with the end of the last Strategic Plan on Biodiversity approaching, the COP created a working group to prepare a new plan for the post-2020 period. This is being discussed by the Convention's supporting bodies and is expected to be submitted for approval at the meeting scheduled for April and May 2022, in China. The drafts prepared so far have been made available to the general public, with the aim of receiving contributions.



2 THE ROLE OF INDUSTRY

In addition to being vital to ensuring the planet's life, biodiversity is the basis of the **bioeconomy**, providing countless opportunities for the industrial sector. Therefore, the Brazilian National Confederation of Industry understands that the participation of the **private sector** in the development of this plan is essential for us to have a document that is at the same time ambitious, technical, and feasible, which effectively contributes to the central objectives of the Convention.

The currently proposed text for the Post-2020 Global Biodiversity Framework is an excellent start and has many merits. However, in order to fulfill its purpose even better, we believe that improvements deserve to be made with the following objectives:

- **National action, but with international support:** prevent the emphasis on national action from exempting developed countries from effectively supporting the conservation of biodiversity outside their territory, especially in megadiverse countries, emphasizing the principle of common but differentiated responsibility.
- **Financing:** highlight the importance of making resources available, without bureaucracy and at low cost, for actions that promote the conservation and sustainable use of biodiversity. Also, along this line, the importance of transferring resources from developed countries to developing countries should be emphasized, including through the establishment of an effective financial mechanism within the scope of the Convention.
- **Technology transfer:** encourage the transfer of technology not only between governments, but also to the private sector, and create mechanisms to ensure the financing of actions aimed at innovation, especially in developing countries.
- **Bioeconomy and the circular economy:** recognize the role of the bioeconomy and the circular economy in the conservation and sustainable use of biodiversity and support the actions that promote its development.
- **Biotechnology:** encourage the use of biotechnology and recognize its benefits to promote the sustainable use of biodiversity, contributing to achieving the objectives of the Convention on Biological Diversity. These benefits arise from the multiple possibilities offered by the use of biotechnology in different sectors such as cosmetics, pharmaceuticals, chemicals, food, and agriculture, including the development of bio-based (raw) materials.

- **Protected areas:** recognize that private areas with restricted use provided for by law – such as Permanent Preservation Areas, Legal Reserves, Private Natural Heritage Reserves, among others – must be considered in the assessment of the achievement of the goals related to the creation and maintenance of protected areas in each country.
- **Payment for environmental services:** encourage the payment for environmental services provided by protected areas, including the aforementioned private areas, as a way to encourage the transfer of resources from developed countries to developing ones, helping to maintain these areas and materializing the principle of common (but differentiated) responsibilities.
- **Rules for access to and sharing of benefits:** encourage the creation of clear and non-arbitrary rules for access to genetic resources and the traditional knowledge associated with them, as well as for the sharing of benefits arising from them. In addition, encourage the establishment of harmonized rules, especially for cases of multiple accesses for the same development, access to cross-border resources, and access to resources without a defined origin.
- **Sharing of benefits:** include, among the criteria for verifying the legality of products developed with biodiversity, proof of compliance with access legislation, and sharing benefits related to the use of genetic resources and associated traditional knowledge.
- **National plans:** encourage the participation of the private sector in the development of national biodiversity plans.
- **Diversity of production systems:** recognize the importance of coexistence between different production systems as a way to guarantee the planet's food security and access to other products derived from biodiversity.
- **International trade:** highlight the importance of international trade in valuing products from megadiverse countries that contribute to the sustainable use of biodiversity, ensuring that this measure takes place through the adoption of clear and scientifically based rules so that it does not lead to the creation of non-tariff barriers.



3 INDUSTRY CONTRIBUTIONS TO THE POST-2020 GLOBAL BIODIVERSITY FRAMEWORK

In order to collaborate with the debate on the topic and propose improvements to the Post-2020 Global Biodiversity Framework, bringing the industry's point of view, the table below highlights CNI's contributions to the main points of attention identified.

TABLE 1 - Industry contributions to the Post-2020 Global Biodiversity Framework.

Points of attention:	Contributions
<p>National action, but with international support</p>	<p>The <i>zero draft</i>¹ and the <i>first draft</i>² ("draft") available for discussion emphasize that the Post-2020 Global Biodiversity Framework should be implemented mainly through activities carried out at the country level. In fact, since each country knows better and is closer to its biodiversity, it is reasonable to highlight the importance of national action. However, this cannot serve as a way of exempting the international community from the responsibility of contributing effectively to assisting in this process, with the principle of common but differentiated responsibilities being emphasized here. In this context, it is worth highlighting that it is important that megadiverse countries receive technical and financial support, so that they can take the necessary actions at the local level to implement the Global Framework.</p>
<p>Financing</p>	<p>One of the biggest difficulties in implementing the CBD objectives is the lack of financial resources for investments in transformative actions that promote the conservation and sustainable use of biodiversity, especially in developing and megadiverse countries, such as Brazil. The lack of resources makes it difficult to do research aimed directly at the conservation of biodiversity or at the development of technologies that allow its sustainable use. It also makes it difficult to adopt simple, concrete, and immediate measures, such as the maintenance of conservation units, which, in the case of countries like Brazil, occupy up to 10.4% of the national territory³.</p> <p>In order to remedy this failure, it is essential that the Global Biodiversity Framework not only recognize the importance of making resources available but emphasize that this should be done without unnecessary bureaucracy and at a low cost, or even in the form of non-repayable grants, for actions aimed at conservation and sustainable use of biodiversity. Also, along this line, the importance of transfers of resources from developed countries to developing countries should be emphasized, including through the establishment of an effective financial mechanism within the scope of the Convention, applying the principle of common but differentiated responsibilities.</p>

1 CONVENTION ON BIODIVERSITY. **CBD/POST2020/PREP/2/1**. 17 Aug. 2020. Available at: <https://www.cbd.int/doc/c/3064/749a/0f65a-c7f9def86707f4eaeafa/post2020-prep-02-01-en.pdf>. Accessed on: 26 May 2021.

2 CONVENTION ON BIODIVERSITY. **CBD/WG2020/3/3**. 5 July 2021. Available at: <https://www.cbd.int/doc/c/abb5/591f/2e46096d3f0330b-08ce87a45/wg2020-03-03-en.pdf>. Accessed on: 26 May 2021.

3 According to studies by Embrapa, together, protected and preserved areas in the rural world account for 49.8% of Brazil (Available at: www.embrapa.br/car/sintese . Accessed on: May 26, 2021).

Points of attention:	Contributions
Technology transfer	<p>The transfer of technology between the different States Parties to the CBD is another relevant mechanism to enable the achievement of its objectives. The idea behind this mechanism is that developed countries with greater access to technology can share it with developing countries at low or no cost, which has the potential to promote such goals.</p> <p>This mechanism was recalled in the <i>draft</i> of the Global Framework, but apparently, the purpose of the document is to encourage this relationship only among States Parties. In addition to transfers between States, it is advisable to encourage and promote direct transfers to private agents, which are often more capable of absorbing and implementing the transferred technologies. Along the same lines, it is desirable to create mechanisms to ensure the financing of actions aimed at innovation and the implementation of transferred technologies.</p>
Bioeconomy and circular economy	<p>According to the <i>National Bioeconomy Blueprint</i>, edited by the White House, the term bioeconomy designates the use of research and innovation arising from the biological sciences (life sciences) to create economic activities or public benefits⁴. In the same vein, OECD⁵ defines bioeconomy as the aggregate set of economic operations of a society that uses the latent value present in biological resources and processes to capture ‘growth’ and ‘well-being’ benefits for citizens and nations. The Brazilian industry understands bioeconomy as the generation of income and wealth from the development of products derived from biodiversity with the use of innovative technologies.</p> <p>The circular economy, on the other hand, associates economic development with the best use of natural resources, through new business opportunities and production optimization. Furthermore, the notion of circular economy is identified as a production and consumption model that involves sharing, renting, reusing, repairing, renewing, and recycling existing materials and products, as much as possible. The bioeconomy and the circular economy seek to develop an economic model that has a less negative impact on the environment and that recognizes the value of biodiversity. Thus, it is essential that the Global Framework for Biodiversity not only recognize and value these actions aimed at the circular economy and the bioeconomy, but also encourage the States Parties to take them.</p>
Biotechnology	<p>Biotechnology has been addressed within the scope of the CBD and the strategic plans adopted for its implementation as a risk to biodiversity that must be prevented and controlled. This is again reflected in the <i>draft</i>, which emphasizes the importance of establishing and implementing measures to prevent, manage or control the potential adverse impacts of biotechnology on biodiversity and human health to reduce them. Although prevention and risk management measures should not be neglected, it is essential that the Global Framework recognizes the transforming potential of biotechnology and its effective contribution to promoting the Convention’s objectives. And among the many applications of biotechnology, it is possible to use it to increase the productivity, sustainability, and resilience of biodiversity in sustainably managed systems.</p>

4 THE WHITE HOUSE. **National Bioeconomy Blueprint**, 2012. Available at: <https://obamawhitehouse.archives.gov/administration/eop/ostp/library/bioeconomy>. Accessed on: 4 Oct. 2018.

5 OECD. **The bioeconomy to 2030: designing a policy agenda**. Available at: <http://www.oecd.org/sti/emerging-tech/34823102.pdf>. Accessed on: 4 Oct. 2018.

Points of attention:	Contributions
<p>Biotechnology</p>	<p>The integration between advances in biological sciences and information technology has opened the doors to a new cycle of innovation that is bringing countless positive impacts to the society. To give an idea, a study prepared by the <i>McKinsey Global Institute</i> in 2020 estimates that this biotech revolution could have an annual impact of 2 to 3 trillion dollars between 2030 and 2040⁶. In healthcare alone, there is talk of a potential of 500 to 1.3 billion dollars over the next 10 to 20 years. Part of these benefits will come from the replacement of compounds from other sources (e.g., petrochemicals) with those produced through biotechnological processes. The improvement of fermentation processes, using the ability to edit the DNA of microorganisms to build new routes, has already allowed the growing use of these substances. This reality is likely to be amplified over the years, with an annual global impact that can reach 300 billion dollars per year, according to the aforementioned study, just for this market.</p> <p>This revolution has the potential to generate unprecedented recognition of value for biodiversity, encouraging its sustainable use and conservation. Furthermore, the more benefits are generated from research on genetic resources of biodiversity, the greater the benefits to be shared fairly and equitably with the provider countries.</p>
<p>Protected areas</p>	<p>In addition to the conservation units, which are closest to the notion of protected areas adopted by the world, Brazil has established other types of protected areas, with special emphasis on Permanent Preservation Areas (APPs, in Portuguese) and Legal Reserves (RLs, in Portuguese), provided for in the Federal Law number 12651/2012 (Forestry Code). These administrative limitations affect private properties existing in the national territory (RLs on rural properties and APPs on urban and rural properties) and vigorously restrict the activities that can be carried out there, often more intensely than in some types of conservation units, for the fulfillment of environmental functions. Thus, one may expect the goals for the creation and maintenance of protected areas provided for in the Global Biodiversity Framework to take these areas into account, whether they are within the public or private domain, since the protection regime does not change according to the type of owner.</p>
<p>Rules of access and sharing of benefits</p>	<p>The fair and equitable sharing of the use of genetic resources from biodiversity is one of the central objectives of the CBD. In order to materialize it, the <i>draft</i> proposes, among the objectives for 2030, the establishment of mechanisms for sharing benefits in all countries. There is no doubt that this objective is relevant, but it is important to specify it so that it is aimed not only at the creation of these mechanisms, but that this is done through clear and non-arbitrary rules for access to genetic resources and traditional knowledge associated with them, as well as the sharing of benefits arising therefrom. Furthermore, to ensure that ABS mechanisms actually come out of the paper and do not act as a barrier to the proper development of biotechnology and its potential to promote the conservation of biodiversity, the creation of harmonized rules, especially for the cases of multiple accesses for the same development, access to cross-border resources and access to resources without a defined origin. Sometimes, the development of a single solution may involve access to different genetic resources existing in different provider countries and the application of multiple legal regimes, in these situations, it serves as a serious disincentive to innovation and, consequently, to the use of the benefits that are intended to be shared.</p>

⁶ MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. **The bio revolution:** innovations transforming economies, societies, and our lives. Available at: <https://www.mckinsey.com/industries/pharmaceuticals-and-medical-products/our-insights/the-bio-revolution-innovations-transforming-economies-societies-and-our-lives#>. Accessed on: 15 Apr. 2021.

Points of attention:	Contributions
Benefit sharing	The objective of establishing benefit-sharing mechanisms in countries is welcome, but not sufficient. It should be specified by highlighting the importance of guaranteeing the effective observance of these rules – and not just their creation –, especially through the implementation of the mechanisms brought by the Nagoya Protocol. It is noteworthy that the recognition of the possibility of creating rules for access to and sharing of benefits by countries dates back to the adoption of the Convention and is nothing new, being an option for each provider country. The biggest challenge is in its effective implementation. One way to support these measures is to improve the control mechanisms already used in global exchanges to verify the legality of various products concerning to environmental legislation, so that they also begin to assess compliance with legislation on access to biodiversity for the products resulting from its use.
National Plans	Considering the incentive of the Global Framework so that the focus of actions to be adopted is at the local level, national biodiversity plans and strategies gain special relevance. In order to ensure that these can be successful, they must be developed with the participation of all actors involved in their implementation. The Framework should emphasize the importance of planning, accountability, and review of national plans, and it should also emphasize the process of building these instruments and the actors who should participate. Thus, we understand that the general lines of this process should be better delineated, highlighting the relevance of the participation not only of governmental agents but also of the private sector, since the private sector will certainly be responsible for an important part of the necessary measures to complement the plans and strategies.
Diversity of production systems	There are several production systems that contribute together to guarantee the planet's food security. The importance of their coexistence and complementarity must be recognized, with no need to exclude any of them in advance, as long as they are compatible with the conservation and sustainable use of biodiversity.
International trade	The international trade in goods from biodiversity can be an instrument to encourage practices that ensure their conservation. In this sense, the Global Biodiversity Framework can create a favorable environment for countries to demand proof of compliance with the environmental legislation of the country of origin, including regarding the sharing of benefits from the use of genetic resources, for the entry of products into their territory, as a way of discouraging irregular practices that cause damage to biodiversity. However, care must be taken to ensure that these requirements are clear and properly grounded and do not generate unjustifiable tariff barriers.
Payment for environmental services	According to Brazilian Federal Law 14119/2021, environmental services are individual or collective activities that favor the maintenance, recovery, or improvement of ecosystem services. These, in turn, can be divided into supply services (e.g., supply of goods such as wood or food), support services (e.g., nutrient cycling or pollination), regulation services (e.g., carbon sequestration), and cultural services (e.g., tourism, recreation, among others). Biodiversity conservation promotes several of them. Payment for environmental services is an economic instrument through which the payer transfers financial resources or other types of remuneration to the provider of such services. It is a mechanism that can be used to value biodiversity and to recognize the effort made for the benefit of the community by an individual or groups of individuals who promote these services. Thus, it would be convenient for the new Global Biodiversity Framework to incorporate the application of this instrument, especially as a way to repay the efforts made by megadiverse developing countries, which will make a proportionally greater effort to conserve biodiversity for the benefit of the community.

CNI

Robson Braga de Andrade
President

DIRECTORATE OF INSTITUTIONAL RELATIONS – DRI

Monica Messenberg Guimarães
Directorate of Institutional Relations

EXECUTIVE MANAGEMENT OF ENVIRONMENT AND SUSTAINABILITY – GEMAS

Davi Bomtempo
Executive Manager of Environment and Sustainability

Mário Augusto de Campos Cardoso
Júlia Moreira Pupe
Technical Staff

DIRECTORATE OF COMMUNICATION – DIRCOM

Ana Maria Curado Matta
Communication Director

ADVERTISING MANAGEMENT OFFICE

Armando Uema
Advertising Manager

Walner de Oliveira
Editorial Production

DIRECTORATE OF CORPORATE SERVICES – DSC

Fernando Augusto Trivellato
Director of Corporate Services

OFFICE OF THE ADMINISTRATION SUPERINTENDENT – SUPAD

Maurício Vasconcelos de Carvalho
Administrative Superintendent

Alberto Nemoto Yamaguti
Normalization

João Emmanuel Cordeiro Lima
Anita Pissolito Campos
Luiza Almeida Ramos
Consultants

Renata Portella
Grammar Proofreading

Editorar Multimídia
Graphic Design and Formatting

www.cni.com.br

[/cniBrasil](https://www.facebook.com/cniBrasil)

[@CNI_br](https://twitter.com/CNI_br)

[/cniBr](https://www.instagram.com/cniBr)

[/cniweb](https://www.youtube.com/c/cniweb)

[/company/cni-brasil](https://www.linkedin.com/company/cni-brasil)

ISBN 978-65-86075-47-2



9 786586 075472



Brazilian National Confederation of Industry

THE FUTURE OF INDUSTRY

MARCO MUNDIAL DE LA DIVERSIDAD BIOLÓGICA POSTERIOR A 2020

CONTRIBUCIONES DE LA
INDUSTRIA BRASILEÑA

TRILÍNGUE | TRILINGUAL | TRILINGÜE



Confederación Nacional de Indústria
POR EL FUTURO DE LA INDUSTRIA

MARCO MUNDIAL DE LA
DIVERSIDAD BIOLÓGICA
POSTERIOR A 2020

CONTRIBUCIONES DE LA
INDUSTRIA BRASILEÑA

TRILÍNGUE | TRILINGUAL | TRILINGÜE

CONFEDERACIÓN NACIONAL DE INDUSTRIA – CNI

Robson Braga de Andrade
Presidente

Gabinete de la Presidencia

Teodomiro Braga da Silva
Jefe del Gabinete - Director

Dirección de Desarrollo Industrial y Economía

Vacante

Dirección de Relaciones Institucionales

Mônica Messenberg Guimarães
Directora

Dirección de Servicios Corporativos

Fernando Augusto Trivellato
Director

Dirección Legal

Hélio José Ferreira Rocha
Director

Dirección de Comunicación

Ana Maria Curado Matta
Directora

Dirección de Educación y Tecnología

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti
Director

Dirección de Innovación

Gianna Cardoso Sagazio
Directora

Superintendencia de Compliance y Integridad

Oswaldo Borges Rego Filho
Superintendente

MARCO MUNDIAL DE LA DIVERSIDAD BIOLÓGICA POSTERIOR A 2020

CONTRIBUCIONES DE LA
INDUSTRIA BRASILEÑA

TRILÍNGUE | TRILINGUAL | TRILINGÜE



Brasília, 2021



Confederación Nacional de Industria
POR EL FUTURO DE LA INDUSTRIA

© 2021. CNI – **Confederación Nacional de Industria.**

Se puede reproducir cualquier parte de este trabajo, siempre que se cite la fuente.

CNI

Gerencia Executiva de Medio Ambiente y Sostenibilidad – GEMAS

FICHA CATALOGRÁFICA

C748m

Confederación Nacional de Industria.

Marco Mundial de la diversidad biológica posterior a 2020: contribuciones de la industria brasileña / Confederación Nacional de Industria. - Brasilia : CNI, 2021
69 p. : il.

ISBN 978-65-86075-47-2

1. Industria Brasileña. 2. Biodiversidad. 3. Marco Mundial I. Título.

CDU: 574.1

CNI
Confederación Nacional de Industria
Oficina central
Setor Bancário Norte
Quadra 1 – Bloco C
Edifício Roberto Simonsen
70040-903 – Brasília – DF – Brasil
Tel.: +55 61 3317-9000
Fax: +55 61 3317-9994
<http://www.cni.com.br/assuntosinternacionais>

Servicio de Atención al Cliente - SAC
Tels.: +55 61 3317-9989/3317-9992
sac@cni.org.br

SUMÁRIO

PRESENTACIÓN.....	57
1 EL CONVENIO SOBRE DIVERSIDAD BIOLÓGICA Y SUS INSTRUMENTOS	59
2 EL ROL DE LA INDUSTRIA	61
3 CONTRIBUCIONES DE LA INDUSTRIA PARA EL MARCO MUNDIAL DE LA DIVERSIDAD BIOLÓGICA POSTERIOR A 2020.....	65

PRESENTACIÓN

Brasil tiene la biodiversidad más grande del mundo y saber utilizar esta ventaja comparativa de manera inteligente es fundamental para que el país tenga un rol destacado en el escenario internacional. Esto se debe a que el uso sostenible de la biodiversidad disminuye los riesgos ambientales y genera oportunidades de negocio.

Las innovaciones basadas en los recursos de la biodiversidad se generan en la industria en sectores como el químico, textil, alimentario, farmacéutico, cosmético y energético. La industria brasileña reconoce la importancia del uso sostenible y de la conservación de la diversidad biológica, ya que la pérdida de la biodiversidad es uno de los grandes retos ambientales globales y es un factor de riesgo para el sector productivo.

En este contexto, la Confederación Nacional de la Industria (CNI) de Brasil presenta contribuciones a la construcción del Marco Global para la Biodiversidad Post-2020, que se encuentra en discusión en el ámbito del Convenio sobre la Diversidad Biológica (CBD), uno de los principales acuerdos ambientales internacionales.

El propósito de este documento es enseñar los puntos de atención al Marco Global de manera sencilla y objetiva, colaborando con la planificación estratégica de toda la sociedad, y manifestando que la industria, cada vez más, quiere ser parte de la solución para el desarrollo sostenible del país.

Buena lectura.

Robson Braga de Andrade

Presidente de la CNI

1 EL CONVENIO SOBRE DIVERSIDAD BIOLÓGICA Y SUS INSTRUMENTOS

El Convenio sobre la Diversidad Biológica (CDB) es el más importante tratado internacional con el fin de proteger la biodiversidad. Con el objetivo de organizar las acciones necesarias para asegurar su implementación, la Conferencia de las Partes (COP) de este acuerdo ha elaborado planes estratégicos a ejecutarse cada 10 años.

En 2018, con el final de la vigencia del último Plan Estratégico sobre Biodiversidad acercándose, la COP creó un grupo de trabajo para elaborar un nuevo plan para el período posterior a 2020. Esto se está debatiendo en el marco de los órganos de apoyo del Convenio y debe presentarse para su aprobación en la reunión programada para abril y mayo del 2022 en China. Los borradores preparados hasta el momento se han puesto a la disposición del público en general a fin de recibir contribuciones.



2 EL ROL DE LA INDUSTRIA

Además de ser esencial para asegurar la vida del planeta, la biodiversidad es la base de la **bioeconomía**, brindando innumerables oportunidades al sector industrial. Por ello, la Confederación Nacional de Industria de Brasil entiende que la participación del **sector privado** en la construcción del plan es fundamental para que tengamos un documento que sea a la vez ambicioso, técnico y factible, y que contribuya efectivamente a los objetivos centrales del Convenio.

El texto presentado actualmente para el Marco Mundial de la Diversidad Biológica Posterior a 2020 es un comienzo excelente y tiene muchos méritos. Sin embargo, para cumplir aún mejor con su propósito, creemos que merece mejoras, teniendo en cuenta los siguientes objetivos:

- **Acción nacional, pero con apoyo internacional:** evitar que el énfasis en la acción nacional exima a los países desarrollados de apoyar efectivamente la conservación de la biodiversidad fuera de su territorio, especialmente en países megadiversos, reforzando el principio de responsabilidad común, pero diferenciada.
- **Financiación:** Destacar la importancia de poner a disposición recursos, sin burocracia y a bajo coste, para acciones que promuevan la conservación y uso sostenible de la biodiversidad. También en esta línea, se debe enfatizar la importancia de transferir recursos de los países desarrollados a los países en desarrollo, incluso mediante el establecimiento de un mecanismo financiero eficaz dentro del alcance del Convenio.
- **Transferencia de tecnología:** incentivar la transferencia de tecnología no solo entre gobiernos, sino también al sector privado, y crear mecanismos para asegurar la financiación de acciones orientadas a la innovación, especialmente en los países en desarrollo.
- **Bioeconomía y economía circular:** reconocer el papel de la bioeconomía y de la economía circular en la conservación y uso sostenible de la biodiversidad y apoyar acciones que fomenten su desarrollo.
- **Bioteología:** Promocionar el uso de la bioteología y reconocer sus beneficios para impulsar el uso sostenible de la biodiversidad, contribuyendo al logro de los objetivos del Convenio sobre la Diversidad Biológica. Estos beneficios surgen de las múltiples posibilidades de aplicar la bioteología en diferentes sectores como el cosmético, farmacéutico, químico, alimentario y agrícola, e incluso con el desarrollo de bioinsumos.

- **Áreas protegidas:** reconocer que las áreas privadas de uso restringido previstas por la ley - tales como Áreas de Preservación Permanente, Reservas Legales, Reservas Privadas del Patrimonio Natural, entre otras - deben ser consideradas en el cálculo para lograr las metas de creación y mantenimiento de áreas protegidas de cada país.
- **Pago por servicios ambientales:** incentivar el pago por servicios ambientales prestados por las áreas protegidas, incluyendo las áreas privadas antes mencionadas, como una forma de promover la transferencia de recursos de los países desarrollados a los países en desarrollo, ayudando a mantener estas áreas y materializando el principio de las responsabilidades comunes, pero diferenciadas.
- **Reglas de acceso y participación en los beneficios:** fomentar la creación de reglas claras y no arbitrarias para acceder a los recursos genéticos y los conocimientos tradicionales asociados a ellos, así como para la distribución de los beneficios que se deriven de ellos. Además, incentivar la creación de normas armonizadas, especialmente para los casos de accesos múltiples para un mismo desarrollo, de acceso a recursos transfronterizos y de acceso a recursos sin origen definido.
- **Distribución de beneficios:** incluir, entre los criterios para verificar la legalidad de productos desarrollados con biodiversidad, prueba del cumplimiento de la legislación de acceso y distribución de beneficios por el uso de recursos genéticos y de los conocimientos tradicionales asociados.
- **Planes nacionales:** incentivar la participación del sector privado en la construcción de planes nacionales de biodiversidad.
- **Diversidad de sistemas productivos:** reconocer la importancia de la coexistencia entre distintos sistemas productivos de manera a garantizar la seguridad alimentaria del planeta y el acceso a otros productos derivados de la biodiversidad.
- **Comercio internacional:** destacar la importancia del comercio internacional en la valoración de productos originarios de países megadiversos que contribuyan al uso sostenible de la biodiversidad, asegurando que esta medida se lleve a cabo mediante la adopción de reglas claras y con la base científica para que no conduzca a la creación de barreras no arancelarias.



3 CONTRIBUCIONES DE LA INDUSTRIA PARA EL MARCO MUNDIAL DE LA DIVERSIDAD BIOLÓGICA POSTERIOR A 2020

Con el objetivo de colaborar para el debate en torno al tema y proponer mejoras al Marco Mundial de la Diversidad Biológica Posterior a 2020, aportando la visión de la industria, tenemos la siguiente tabla que destaca las contribuciones de la CNI a los principales puntos de atención identificados.

TABLA 1 - Contribuciones de la industria para el Marco Mundial de la Diversidad Biológica Posterior a 2020.

Puntos de atención	Contribuciones
Acción nacional, pero con apoyo internacional	El <i>zero draft</i> ¹ e <i>o first draft</i> ² puestos a la disposición para discusión refuerzan que el Marco Mundial de la Diversidad Biológica Posterior a 2020 debe implementarse principalmente por medio de actividades desarrolladas a nivel nacional. De hecho, como cada país conoce mejor y está más cercano de su biodiversidad, es razonable resaltar la importancia de la acción nacional. Sin embargo, esto no puede servir como una forma de eximir a la comunidad internacional de la responsabilidad de contribuir efectivamente a ayudar a este proceso, enfatizando aquí el principio de responsabilidades comunes, pero diferenciadas. En este contexto, cabe destacar la importancia de que los países megadiversos reciban apoyo técnico y financiero para que puedan realizar localmente las acciones necesarias para implementar el Marco Mundial.

1 CONVENTION ON BIODIVERSITY. **CBD/POST2020/PREP/2/1**. 17 ago. 2020. Disponible en: <https://www.cbd.int/doc/c/3064/749a/0f65ac7f9def86707f4eaeafa/post2020-prep-02-01-en.pdf>. Accedido en: 26 mayo 2021.

2 CONVENTION ON BIODIVERSITY. **CBD/WG2020/3/3**. 5 jul. 2021. Disponible en: <https://www.cbd.int/doc/c/abb5/591f/2e46096d-3f0330b08ce87a45/wg2020-03-03-en.pdf>. Accedido en: 26 mayo 2021.

Puntos de atención	Contribuciones
<p>Financiación</p>	<p>Uno de los mayores retos a la implementación de los objetivos del CDB es la falta de recursos financieros para inversiones en acciones transformadoras que promuevan la conservación y el uso sostenible de la biodiversidad, especialmente en países en desarrollo y megadiversos, como Brasil. La escasez de recursos dificulta la realización de investigaciones dirigidas directamente a la conservación de la biodiversidad o al desarrollo de tecnologías que permitan su uso sostenible. También dificulta la adopción de medidas sencillas, concretas e inmediatas, como el mantenimiento de unidades de conservación, que, en el caso de países como Brasil, ocupan hasta el 10,4% del territorio nacional³.</p> <p>Para remediar la situación, es fundamental que el Marco Mundial de la Diversidad Biológica no solo reconozca la importancia de poner a disposición los recursos, sino que enfatice que esto se debe hacer sin burocracia innecesaria y a bajo coste, o incluso a fondo perdido, para acciones dirigidas a conservación y uso sostenible de la biodiversidad. También en esta línea, se debe enfatizar la importancia de las transferencias de recursos de los países desarrollados a los países en desarrollo, incluso mediante el establecimiento de un mecanismo financiero eficaz dentro del alcance del Convenio, aplicando el principio de responsabilidades comunes, pero diferenciadas.</p>
<p>Transferencia de tecnología</p>	<p>La transferencia de tecnología entre los diferentes Estados-Parte del CDB es otro mecanismo importante para permitir el logro de sus objetivos. La idea por detrás de este mecanismo es que los países desarrollados con más acceso a la tecnología puedan compartirla con los países en desarrollo a bajo o ningún coste, si la misma tiene el potencial de promocionar tales objetivos.</p> <p>Este mecanismo fue mencionado en el <i>draft</i> del Marco Mundial puesto a disposición, pero aparentemente el propósito del documento es fomentar esta relación solo entre los Estados-Parte. Además de las transferencias entre Estados, se recomienda fomentar y promover las transferencias directas a agentes privados, que a menudo están en mejores condiciones de absorber e implementar las tecnologías transferidas. En la misma línea, es deseable la creación de mecanismos que garanticen la financiación de acciones orientadas a la innovación y la implementación de tecnologías transferidas.</p>
<p>Bioeconomía y economía circular</p>	<p>Según el <i>National Bioeconomy Blueprint</i>⁴, publicado por la Casa Blanca, el término bioeconomía designa el uso de la investigación y la innovación originarias de las ciencias biológicas (ciencias de la vida) para crear actividades económicas o beneficios públicos⁵. Siguiendo la misma línea, la OCDE define la bioeconomía como el conjunto agregado de operaciones económicas de una sociedad que utiliza el valor latente presente en los recursos y procesos biológicos para capturar beneficios de crecimiento y bienestar para los ciudadanos y naciones. La industria brasileña comprende la bioeconomía como la generación de ingresos y riqueza a partir del desarrollo de productos derivados de la biodiversidad con el uso de tecnologías innovadoras.</p> <p>La economía circular, por su parte, asocia el desarrollo económico con el mejor aprovechamiento de los recursos naturales, mediante nuevas oportunidades de negocio y optimización de la producción. Además, el concepto de economía circular se identifica como un modelo de producción y consumo que implica compartir, alquilar, reutilizar, reparar, renovar y reciclar materiales y productos existentes, siempre que posible. La bioeconomía y la economía circular buscan desarrollar un modelo económico que provoque menor impacto negativo en el medio ambiente y que reconozca el valor de la biodiversidad. Por ello, es fundamental que el Marco Mundial para la Biodiversidad no solo reconozca y valore las acciones dirigidas a la economía circular y la bioeconomía, sino que también fomente su desarrollo por parte de los Estados-Parte.</p>

3 De acuerdo con estudios de Embrapa, juntas, las áreas protegidas y las preservadas en el mundo rural suman 49,8% de Brasil (Disponible en: www.embrapa.br/car/sintese. Accedido en: 26 mayo 2021).

4 THE WHITE HOUSE. *National Bioeconomy Blueprint*, 2012. Disponible en: <https://obamawhitehouse.archives.gov/administration/eop/ostp/library/bioeconomy>. Accedido en: 4 oct. 2018.

5 THE WHITE HOUSE. *National Bioeconomy Blueprint*, 2012. Disponible en: <https://obamawhitehouse.archives.gov/administration/eop/ostp/library/bioeconomy>. Accedido en: 4 oct. 2018.

Puntos de atención	Contribuciones
Biotecnología	<p>La biotecnología ha sido tratada dentro del alcance del CDB y de los planes estratégicos adoptados para su implementación como un riesgo para la biodiversidad que debe ser prevenido y controlado. Esto se refleja nuevamente en el <i>draft</i>, que enfatiza la importancia de establecer e implementar medidas para prevenir, gestionar o controlar los potenciales impactos adversos de la biotecnología sobre la biodiversidad y la salud humana con el fin de reducirlos. Mismo sin descuidar de las medidas de prevención y gestión de riesgos, es fundamental que el Marco Mundial reconozca el potencial transformador de la biotecnología y su contribución efectiva a la promoción de los objetivos del Convenio. Incluso entre las muchas aplicaciones de la biotecnología, es posible utilizarla para aumentar la productividad, la sostenibilidad y la resiliencia de la biodiversidad en sistemas bajo gestión sostenible.</p> <p>La integración entre los avances de las ciencias biológicas y la tecnología de la información abrió las puertas a un nuevo ciclo de innovación que está trayendo innumerables impactos positivos a la sociedad. Para tener una idea, un estudio elaborado por el <i>McKinsey Global Institute</i> en 2020 estima que esta revolución biotecnológica podría tener un impacto anual de 2-3 billones de dólares entre 2030 y 2040⁶. Solo en el sector de la salud, se habla de un potencial de 500 a 1300 millones de dólares en los próximos 10 a 20 años. Parte de estos beneficios provendrá de la sustitución de compuestos de otras fuentes (por ejemplo, petroquímicos) por los producidos mediante procesos biotecnológicos. La mejora de los procesos de fermentación, utilizando la capacidad de editar el ADN de los microorganismos para construir nuevas rutas, ya ha permitido el uso creciente de estas sustancias. La tendencia es que esta realidad se amplifique a lo largo de los años, con un impacto global anual que puede llegar a los 300 mil millones de dólares anuales, según el estudio antes mencionado, solo para este mercado.</p> <p>Esta revolución tiene el potencial de generar un reconocimiento sin precedentes del valor de la biodiversidad, fomentando su uso sostenible y conservación. Además, cuantos más beneficios se generen a partir de la investigación sobre los recursos genéticos de la biodiversidad, mayores serán los beneficios que se compartirán de manera justa y equitativa con los países proveedores.</p>
Áreas protegidas	<p>Además de las unidades de conservación, que presentan el concepto más cercano a lo de áreas protegidas adoptada por el mundo, Brasil ha establecido otro tipo de áreas protegidas, con especial énfasis en las Áreas de Preservación Permanente (APP) y Reservas Legales (RL), previstas en la Ley Federal No. 12.651 / 2012 (Código Forestal). Estas limitaciones administrativas afectan a las propiedades privadas existentes en el territorio nacional (RLs en propiedades rurales y APPs en propiedades urbanas y rurales) y restringen vigorosamente las actividades que se pueden desarrollar allí, muchas veces con mayor intensidad que en algunos tipos de unidades de conservación, para el cumplimiento de funciones ambientales. Así, es de esperar que las metas de creación o mantenimiento de áreas protegidas previstas en el Marco Mundial de la Diversidad Biológica tomen en cuenta estas áreas, ya sean de dominio público o privado, ya que el régimen de protección no cambia según el tipo de propietario.</p>

6 MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. **The bio revolution**: innovations transforming economies, societies, and our lives. Disponible en: <https://www.mckinsey.com/industries/pharmaceuticals-and-medical-products/our-insights/the-bio-revolution-innovations-transforming-economies-societies-and-our-lives#>. Accedido en: 15 abr. 2021.

Puntos de atención	Contribuciones
<p>Reglas de acceso y participación en los beneficios</p>	<p>La distribución justa y equitativa del uso de los recursos genéticos de la biodiversidad es uno de los objetivos centrales del CDB. Para materializarlo, el <i>draft</i> propone, entre los objetivos para 2030, el establecimiento de mecanismos de distribución de beneficios en todos los países. No cabe duda de que este objetivo es relevante, pero es importante matizarlo para que se oriente no solo a la creación de estos mecanismos, sino que esto se haga a través de reglas claras y no arbitrarias para el acceso a los recursos genéticos y a los conocimientos tradicionales asociados a ellos, así como la distribución de los beneficios que se deriven de los mismos. Además, para asegurar que los mecanismos de ABS realmente salgan del papel y no actúen como una barrera para el desarrollo adecuado de la biotecnología y su potencial para promover la conservación de la biodiversidad, se debe incentivar la creación de reglas armonizadas, especialmente para los casos de múltiples accesos para el mismo desarrollo, acceso a recursos transfronterizos y acceso a recursos sin origen definido. En ocasiones, el desarrollo de una única solución puede implicar el acceso a distintos recursos genéticos existentes en diferentes países proveedores y la aplicación de múltiples regímenes legales, en estas situaciones, sirve como un serio desincentivo a la innovación y, en consecuencia, a la obtención de los beneficios que se pretenden compartir.</p>
<p>Distribución de beneficios</p>	<p>El objetivo de establecer mecanismos de distribución de beneficios en los países es bienvenido, pero no es suficiente. Se debe matizar resaltando la importancia de garantizar la efectiva observancia de estas reglas - y no solo su creación -, especialmente a través de la implementación de los mecanismos que trae el Protocolo de Nagoya. Es de destacar que el reconocimiento de la posibilidad de crear reglas de acceso y distribución de beneficios por parte de los países se remonta a la adopción del Convenio y no es nada nuevo, siendo una opción para cada país proveedor. El mayor reto está en su implementación efectiva. Una forma de apoyar estas medidas es perfeccionar los mecanismos de control ya utilizados en los intercambios globales para verificar la legalidad de diversos productos con respecto a la legislación ambiental para que también comiencen a evaluar el cumplimiento de la legislación sobre acceso a la biodiversidad para los productos resultantes de su uso.</p>
<p>Planes nacionales</p>	<p>Considerando el incentivo del Marco Mundial para que el foco de las acciones a adoptar sea a nivel local, los planes y estrategias nacionales de biodiversidad adquieren especial relevancia. Para asegurar que estos puedan tener éxito, es fundamental que su construcción se lleve a cabo a través de la participación de todos los actores involucrados en su implementación. El Marco debe enfatizar la importancia de la planificación, la rendición de cuentas y la revisión de los planes nacionales, así como también destacar el proceso de construcción de estos instrumentos y los actores que deben participar. Así, entendemos que se deben delinear mejor las líneas generales de este proceso, resaltando la relevancia de la participación no solo de los agentes gubernamentales, sino también del sector privado, ya que éste será sin duda responsable de una parte importante de las medidas necesarias para complementar los planes y estrategias.</p>
<p>Diversidad de sistemas productivos</p>	<p>Hay distintos sistemas de producción que contribuyen en conjunto a garantizar la seguridad alimentaria del planeta. Se debe reconocer la importancia de su coexistencia y complementariedad, sin que sea necesario excluir <i>a priori</i> a ninguno de ellos, siempre que sean compatibles con la conservación y uso sostenible de la biodiversidad.</p>

Puntos de atención	Contribuciones
<p>Comercio internacional</p>	<p>El comercio internacional de bienes derivados de la biodiversidad puede ser un instrumento para incentivar prácticas que aseguren su conservación. Así, el Marco Mundial de la Diversidad Biológica puede crear un entorno favorable para que los países exijan prueba del cumplimiento de la legislación ambiental del país de origen, incluso en lo que respecta a la distribución de los beneficios del uso de los recursos genéticos, para la entrada de productos en territorio, como una forma de desalentar las prácticas irregulares que causan daños a la biodiversidad. Sin embargo, se debe tener cuidado para asegurar que estos requisitos sean claros y estén debidamente fundamentados y no generen barreras arancelarias injustificables.</p>
<p>Pago por servicios ambientales</p>	<p>Según la Ley Federal No. 14.119/2021, los servicios ambientales son actividades individuales o colectivas que favorecen el mantenimiento, recuperación o mejora de los servicios ecosistémicos. Estos, a su vez, pueden dividirse en servicios de provisión (por ejemplo, suministro de bienes como madera o alimentos), apoyo (por ejemplo, ciclo de nutrientes o polinización), regulación (por ejemplo, secuestro de carbono) y culturales (por ejemplo, turismo, recreación, entre otros). La conservación de la biodiversidad promueve varios de ellos. El pago por servicios ambientales es un instrumento económico a través del cual el pagador transfiere recursos financieros u otro tipo de pago al proveedor de dichos servicios. Es un mecanismo que puede utilizarse para valorar la biodiversidad y reconocer el esfuerzo realizado en beneficio de la comunidad por un individuo o grupos de individuos que promueven estos servicios. Así, sería conveniente que el nuevo Marco Mundial para la Biodiversidad incorporara la aplicación de este instrumento, especialmente como una forma de retribuir los esfuerzos realizados por los países en desarrollo megadiversos, que harán un esfuerzo proporcionalmente mayor para conservar la biodiversidad en beneficio de la colectividad.</p>

CNI

Robson Braga de Andrade
Presidente

DIRECCIÓN DE RELACIONES INSTITUCIONALES – DRI

Monica Messenberg Guimarães
Directora de Relaciones Institucionales

GERENCIA EXECUTIVA DE MEDIO AMBIENTE Y SOSTENIBILIDAD – GEMAS

Davi Bomtempo
Gerente-Executivo de Medio Ambiente y Sostenibilidad

Mário Augusto de Campos Cardoso
Júlia Moreira Pupe
Equipo Técnico

DIRECCIÓN DE COMUNICACIÓN – DIRCOM

Ana Maria Curado Matta
Directora de Comunicación

GERENCIA DE PUBLICIDAD

Armando Uema
Gerente de Publicidad

Walner de Oliveira
Producción Editorial

DIRECCIÓN DE SERVICIOS CORPORATIVOS – DSC

Fernando Augusto Trivellato
Director de Servicios Corporativos

SUPERINTENDENCIA DE GESTIÓN – SUPAD

Maurício Vasconcelos de Carvalho
Superintendente Administrativo

Alberto Nemoto Yamaguti
Normalización

João Emmanuel Cordeiro Lima
Anita Pissolito Campos
Luiza Almeida Ramos
Consultores

Renata Portella
Revisión Gramatical

Editorar Multimídia
Proyecto Gráfico y Diseño

www.cni.com.br

[/cniBrasil](https://www.facebook.com/cniBrasil)

[@CNI_br](https://twitter.com/CNI_br)

[@cniBr](https://www.instagram.com/cniBr)

[/cniweb](https://www.youtube.com/c/cniweb)

[/company/cni-brasil](https://www.linkedin.com/company/cni-brasil)

ISBN 978-65-86075-47-2



9 786586 075472



Confederação Nacional de Indústria

POR EL FUTURO DE LA INDUSTRIA